

> Cenas da precariedade de ontem e de hoje

> Scenes of the precariousness
of yesterday and today

por José Edilson de Amorim

Professor Doutor em Letras do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: edilsondeamorim@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1254-3398.

Resumo

A partir de uma crônica de Bráulio Tavares, este artigo reflete sobre cenas da precariedade de ontem e de hoje. A primeira cena está em Lima Barreto, em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, ao referir a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro do século XX, comparada às manifestações de 2013 e 2014 no país; a segunda é a espetacularização da mídia sobre as manifestações de rua em 2013 e 2014, e sobre o processo de impedimento do mandato presidencial de Dilma Rousseff em 2015; a terceira é uma cena da vida cotidiana de uma moça de Brasília em outubro de 2014. As três situações revelam o mundo da classe trabalhadora e seu desamparo em meio ao espetáculo midiático.

Palavras-chave: Trabalho. Mídia. Política. Espetáculo.

Abstract

From a chronicle by Bráulio Tavares, this paper reflects about scenes of the precariousness of yesterday and today. The first scene is in Lima Barreto's novel *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (Memories of the scrivener Isaías Caminha), when referring to the Vaccine Revolt in the Rio de Janeiro of the 20th century, compared to the manifestations of 2013 and 2014 in Brazil; the second is about the media spectacularization of the street manifestations between 2013 e 2014 in Brazil, and also on Dilma Rousseff's impeachment process in 2015; the third one is from the everyday life of a girl from Brasília in October of 2014. All those three situations reveal the world of the working class and its helplessness in the face of the media spectacularization.

Keywords: Work. Media. Politics. Spectacle.

> Artigo recebido em 12.01.2021 e aceito em 08.04.2021.

Ler O Capital não será suficiente se não soubermos ler também os sinais da rua.

Marshall Berman

1. A multidão e as ruas

Gostaria de fazer algumas reflexões sobre literatura, cotidiano e resistência. A primeira reflexão é sobre a situação histórica que vivemos hoje, que é lastimavelmente precária. Pretendo mostrar essa precariedade a partir da leitura de três situações: a primeira vem da literatura e das ruas; a segunda e a terceira, do nosso cotidiano. Nas três situações, a mídia salta à condição de protagonista interessada: no primeiro caso, o jornal impresso é a grande vedete; no segundo, pontifica a televisão; no último, impera a rede de computadores.

Como sou professor de literatura, começo por uma crônica de Bráulio Tavares intitulada *Lima Barreto: O motim*.¹ Antes da crônica, porém, uma informação importante: em 1904, o povo do Rio de Janeiro foi às ruas, em multidões, contra a vacina obrigatória que o governo carioca impunha para evitar o surto da varíola. As intenções estritamente sanitárias eram boas, mas o povo se revoltou contra elas. Talvez nem tudo seja estrito ao âmbito da saúde pública. As manifestações populares desse período, no Rio de Janeiro, ficaram conhecidas como a *Revolta da Vacina*.

Outra informação histórica necessária: a vacina contra a varíola fora descoberta em 1796 pelo médico inglês Edward Jenner. Em suas observações, esse médico descobriu que as pessoas que ordenhavam vacas não contraíam a varíola, ou a contraíam de forma atenuada, por já terem sido contaminadas ao ter contato com uma versão do vírus presente nos bovinos. Daí à descoberta da solução vacinal foi um pulo. Na sua etimologia, então, a palavra vacina significa *derivado da vaca*.

O governo carioca, em seu elitismo autoritário, atribuía a recusa à vacina pelo povo ao irracionalismo e ao preconceito: na época, dizia-se que quem

¹ Ver a crônica de Bráulio Tavares, “Lima Barreto: o motim”, 2014, p. 14.

tomasse a vacina ficaria com cara de boi. Em estudo sobre esse período de higienização e modernização autoritárias no Rio de Janeiro do início do século XX, Nicolau Sevckenko explica as reais motivações da população carioca: o povo não queria ser tratado como gado, compulsoriamente empurrado das cabeças-de-porco insalubres, destruídas durante o processo de modernização do centro da cidade, para as favelas em formação.²

Dadas as informações contextuais acima, vamos à crônica de Braulio Tavares que começa citando Lima Barreto:

O cocheiro parou. Os passageiros saltaram. Num momento o bonde estava cercado por um grande magote de populares, à frente do qual, se movia um bando multicolor de moleques, espécie de poeira humana que os motins levantam alto e dão heroicidade. Num ápice, o veículo foi retirado das linhas, untado de querosene e ardeu. Continuei a pé. Pelo caminho a mesma atmosfera de terror e expectativa. Uma força de cavalaria de polícia, de sabre desembainhado, corria em direção ao bonde incendiado. Logo que ela se afastou um pouco, de um grupo partiu tremenda suada. Os assobios eram estridentes e longos; havia muita da força e da fraqueza do populacho naquela ingênua arma. E por todo o caminho, este cenário se repetia. [...]

Não são as manifestações de 2013 no Rio de Janeiro e nas capitais; é o Rio de Janeiro, sim, mas o de um século atrás, o Rio da Revolta da Vacina de 1904, que Lima Barreto transformou na “Revolta do Calçado” no romance de 1909 *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Existe, na sucessão das gerações humanas, uma certa recorrência de padrões, uma certa semelhança de procedimentos, talvez por que só quando estamos envolvidos numa ação intensamente coletiva (um jogo de futebol, um show de rock, uma manifestação de rua) sejamos capazes de, sintonizados com a multidão, acessar uma memória coletiva que existe em todos nós e só emerge numa multidão de verdade. [...]

“Da sacada do jornal”, diz Isaías Caminha, “eu pude ver os amotinados.” (Não, ele não fará menção à máscara de Guy Fawkes nem aos Black Blocs. Mas vejam que olho futurista o do escritor). “Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros, o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância. [...]”

E ele explica: “O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma como o que tiroteia acolá. São independentes, não há chefe geral nem plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência, e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o Governo; passa o bonde e

² Conforme Nicolau Sevckenko em *A revolta da vacina*, 1984, p. 86. Sobre o tema, ver ainda o livro organizado por Francisco Foot Hardman, *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*.

alguém lembra: vamos queimá-lo. Os outros não refletem, nada objetam e correm a incendiar o bonde.” Em 1909 não havia redes sociais, celulares, TV ao vivo, rádio AM. A tecnologia está sendo absorvida pelo modo-de-ser da multidão, e não o contrário³.

Aí termina a crônica. Nunca vi tanto senso de oportunidade, além da memória e do conhecimento literário admiráveis de Bráulio Tavares. Tais características do escritor, aliás, nos ajudam a refletir sobre as manifestações e os protestos que, tendo começado em junho de 2013, passando por janeiro de 2014 e se prolongando nos dias seguintes com menor intensidade, ocuparam os espaços públicos das capitais brasileiras, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. De tão oportuna e de montagem tão refinada ao propor o diálogo entre as manifestações de hoje com as do século passado, a crônica estimula as seguintes reflexões:

- a) Sua opinião é a de que a multidão tinha um propósito político – rechaçar o uso compulsório dos calçados e contestar as políticas do governo federal – mas não tinha um *rosto*, uma direção.
- b) Sua conclusão é a de que a multidão se apropria, no seu interesse, dos meios técnicos de comunicação que o desenvolvimento tecnológico lhe oferece, ao invés de ser apropriada por esses meios.

Sobre a opinião e a conclusão de Bráulio Tavares, cumpre ler Lima Barreto e seu *Recordações do escrivão Isaías Caminha*; cumpre ler, também, os trechos do romance citados na crônica em sua relação com o conjunto do capítulo XII (em que se encontram), e este capítulo em relação à narrativa como um todo. Antes mesmo de terminar o capítulo, já ficamos sabendo que os apelos sensacionalistas de um jornal atraíam para o espaço público cada vez mais parcelas da multidão carioca; ao final do capítulo, aparece um rosto em destaque, indignado com o governo e com os políticos que o sustentam — é justamente o rosto do todo-poderoso diretor e dono do jornal que, com fala teatral (para ser ouvida pelos seus apaniguados), dirige carta a um político importante no governo da República.

³ Bráulio Tavares, *Op. Cit.*, 2014, p. 14.

O papel populista do jornal está inteiro no capítulo XII. A cena final do capítulo, que se fecha com a lembrança de Isaías Caminha recordando a fala do diretor do jornal O Globo, descreve a morte de um vendedor de jornais, esmagado pelas patas da cavalaria na Rua do Ouvidor; seu corpo disforme é levado para o prédio do jornal e velado pela multidão exultante em seu protesto. Veja-se a parte final do capítulo, igualmente cinematográfica, que Lima Barreto compõe:

No jornal exultava-se. As vitórias do povo tinham hinos de vitória da pátria. Exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado cinco mil exemplares. Parecia que a multidão o procurava como estimulante para a sua atitude belicosa. O serviço normal da folha fazia-se com atividade. Os repórteres iam aos lugares perigosos, aos pontos mais castigados pela polícia, corriam a cidade em tálburis. Nem os revisores nem os seus suplentes faltavam à chamada; outro tanto sucedia com os tipógrafos e os outros operários.

Toda essa abnegação era para garantir os seus mesquinhos empregos. Um pobre tipógrafo, que morava para a Saúde, onde o trânsito se fazia com os maiores perigos, ficou todos os três dias no jornal. Temia ser morto por uma bala perdida. Houvera muitas mortes assim, mas os jornais não as noticiavam. Todos eles procuravam lisonjear a multidão, mantê-la naquelas refregas sangrentas, que lhes aumentava a venda. Não queriam abater a coragem do povo com a imagem aterradora da morte. A polícia atirava e não matava; os populares atiravam e não matavam. Parecia um torneio...Entretanto eu vi morrer quase em frente ao jornal um popular. Era de tarde. O pequeno italiano, na esquina, apregoava os jornais da tarde: *Notícia! Tribuna! Despacho!*

De há muito que a rua parecia retomar a sua vida normal. Durante todo o dia os passeios se fizeram como nos dias comuns; repetidamente, porém, uns grupos que paravam no canto do Largo de São Francisco, vaiaram a polícia. O esquadrão, com o alferes na frente, partiu como uma flecha e foi descendo a Rua do Ouvidor, distribuindo cutiladas para todos os lados. O pequeno vendedor de jornais não teve tempo de fugir e foi derrubado pelos primeiros cavalos e envolvido nas patas dos seguintes, que o atiraram de um lado para outro como se fosse um bocado de lama.

Quando suspenderam a carga, alguns populares trouxeram-no morto para o escritório do jornal. O cadáver estava em estado ignóbil: tinha quase todos os ossos partidos, o crânio esmagado e o ventre roto.^{4/5}

Na passagem deste capítulo para o seguinte, o penúltimo do romance, Lima Barreto formula, talvez, a sua ironia mais crua: o capítulo XIII começa com um sepultamento que, na expectativa do leitor, seria o do pequeno jornaleiro

⁴ Lima Barreto, *Recordações do escritor Isaías Caminha*, 2007, p. 144-145.

⁵ Essa é a parte mais dramática do capítulo XII do romance de Lima Barreto. Ver a 10ª edição da editora Ática, 8ª impressão.

trucidado pela cavalaria, mas não é isso o que ocorre então. O enterro, erigido a acontecimento social com pompa e circunstância, é do cozinheiro do Doutor Loberant, o famoso diretor de O Globo que, agora mais poderoso, se aproveita da crise política que o motim provocou para se apropriar de empregos públicos e de nomeações no aparelho do Estado, beneficiando a si e aos próprios empregados e apaniguados.

A rebelião é reprimida; o jornal O Globo, que a ajudara a promover, agora silencia e se põe a serviço do governo. Nem mais uma linha é escrita sobre os protestos populares nem sobre a morte do vendedor de jornais. Da multidão aparentemente sem rumo, surge o jornal O Globo sob a liderança do seu diretor, com garras afiadas para abocanhar o dinheiro público — que passa a financiar seu jornal e a pagar seus empregados. No mesmo movimento, os interesses da multidão também são apropriados pelos interesses próprios da imprensa, a mídia mais importante da época como espaço de informação e de comunicação. Loberant, o diretor do jornal, vai se constituindo no tipo acabado de arrivista social.

As *balas perdidas* contra a população pobre já existiam e, caso houvesse uma direção alternativa e expressiva, a revolta já contava com sangue na sarjeta para levar o movimento a ações mais consequentes dos pontos de vista político e social. Mas a morte do jornalista sai de cena e tudo é silêncio. A precariedade e o descarte da vida humana é o tema central da produção literária desse grande romancista da periferia do Rio de Janeiro.

Assim também se deu entre 2013 e 2015: misturados aos diletantes, anarquistas, black blocs e jovens debutantes que buscam dar têmpera à militância política, também havia militantes a soldo, patrocinados por partidos conservadores e empresários reacionários; suas faces foram se revelando a cada desdobramento das manifestações, tendo nomes de MBL, Fiesp, PMDB ou DEM.

Entre os manifestantes de 2013 e 2014, é claro que existiam jovens bem-intencionados, de uma geração que não conheceu a resistência contra o golpe militar de 1964 nem as grandes mobilizações operárias e estudantis até a volta



das liberdades democráticas nos anos de 1980. Também é claro que a luta contra o aumento dos transportes estava aliada ao sentimento de revolta contra a corrupção; mas aí estão incluídas, também, a decepção frente às formas parlamentares de democracia e a decepção diante de grandes redes de uma imprensa venal, espetacularizante e poderosa nas mãos dos defensores tenazes do capital e do liberalismo econômico.

Mas foi justamente essa grande imprensa que se encarregou de, aos poucos, arrefecer a cobertura dos movimentos de rua, aproveitando que o propósito central das elites nas manifestações estava cumprido (fragilizar o governo Dilma Rousseff), e voltando as suas câmeras, desta vez, para a Polícia Federal no Paraná (palco da Operação Lava Jato) e para o Congresso Nacional em Brasília (palco do *impeachment*).

Conclusão melancólica: se a radicalidade de um movimento é medida por sua capacidade de intervenção e de mudança no cotidiano da sociedade, o resultado das manifestações foi pífio: nosso cotidiano mudou para pior. A precariedade é a regra, aprofundada pela grosseria no trato político e pela violência contra os pobres como prática regular de controle social.

Por fim, uma ironia de mau gosto que a história reservou para a cena presente: uma das narrativas mais interessadas e parciais sobre o atual processo político e social é conduzida, sem dúvida, pela TV Globo — a mesma marca do jornal que está na ficção de Lima Barreto. Convém lembrar que o romance foi publicado em 1909, dezesseis anos antes da fundação do jornal O Globo por Irineu Marinho.

2. As ruas e o espetáculo midiático

Como chegamos a esse final melancólico? O espetáculo promovido pela imprensa e pela Câmara Federal ajuda a entender a *pantomima quadrangular* encenada, em 17 de abril de 2016, em meio às manifestações de rua. Naquele dia, mais de dois terços da Câmara Federal votaram por enviar ao Senado o processo

de impedimento que interrompeu o mandato da presidente da república. Desses mais de dois terços, a imensa maioria votou, expressamente, invocando Deus, o Brasil e a família; alguns lembraram a importância dos produtores rurais e de suas propriedades, enquanto os que exaltaram a família fizeram distinções para a esposa e os filhos. Todos estes eram os mais efusivos ao dizer sim para o impedimento. Até aí, nada mais santo e cívico.

Os que votaram pelo não impedimento tiveram mais contenção; mas também houve depoimentos veementes. Esses depoimentos evidenciaram a ilegitimidade daquele rito de *impeachment* pela razão de a imensa maioria dos votantes estarem também envolvidos em processos de corrupção. Mais: os que votavam pelo fim do mandato presidencial eram comandados por um parlamentar — Eduardo Cunha, então presidente da Câmara — que chegou a ser acusado de bandido e de gângster. Em seu voto, Cunha parecia divulgar uma senha: “Que Deus tenha misericórdia do Brasil”.

Se essa fala foi uma senha de identidade entre os votantes do sim; se é verdade que o rito encobriu o circo armado pelos principais corruptos para garantir seu futuro imediato, tomando o poder e mudando o ritmo e a direção de investigações, com a cumplicidade autocomplacente do juiz Sérgio Moro *et cetera* da Operação Lava Jato (bancando uma espécie de estoicismo próprio do herói tal como ele foi investido pela mídia); se tudo isso tem algo de verdade, Deus esteve em má companhia e as mulheres e as crianças não estavam tão seguras como fizeram parecer.

Deus, pátria, família e propriedade formam o quadrangular confessional da igreja a que alguns dos votantes afirmaram pertencer. Enquadrado assim, Deus pouco poderá fazer pelo resto do povo. Precisando da proteção heroica desses maridos e desses pais, mulheres e crianças não estarão tão protegidas quanto esperam, porque o espaço social e político estará mais degradado, uma vez que legitimado por um rito escuso, de mascaramento.

Como dissemos, a decisão da Câmara ocorreu em meio a grandes mobilizações populares. Com a lição das grandes mobilizações pelas *Diretas Já*

em 1984, que acabaram comprimidas por um Colégio Eleitoral estreito, não devemos nos perder dessa vez. A esse aprendizado, devemos incorporar as lições dadas por Lima Barreto na cena do romance acima referido.

A lição em curso aponta que os sinais das ruas indicam direção vária, para além do sim e do não. Os sinais das ruas dizem que a resistência, o esclarecimento e, portanto, o embate político deve ser a céu aberto. Os sinais das ruas apelam a todos que para as ruas convirjam. Aí poderemos aprender as lições que não aprendemos no rito fechado do Congresso. Mas as energias das ruas foram apropriadas e instrumentalizadas em várias direções pelos donos da imprensa.

A criatividade e a energia solidárias das ruas podem nos ajudar a exorcizar os fantasmas que a mídia projeta diante de nós. As ruas não são quadrangulares; são poliédricas. Ainda bem que restam essas possibilidades. Mas as ruas não podem tudo a todo tempo. Em princípios de abril, em um programa de rádio pelo país, o jornalista Alexandre Garcia caricaturava a presidente da república como uma guerrilheira inconsequente, comparava sua resistência a arroubos quixotescos e impotentes, e a identificava com a militante antifascista espanhola La Pasionaria — enfatizando que à palavra de ordem *no pasarán*, com a qual esta militante de esquerda ficou conhecida, o general Franco contrapôs um vitorioso *hemos pasado*. É com indisfarçada satisfação que o comentarista revive a vitória do general fascista. Compreende-se, daí, que tão pernicioso quanto as grosserias do então candidato a presidente é o estilo edulcorado do comentarista político; este, com retórica pretensamente neutra, dá cunho de verdade às mesmas grosserias do candidato que defende.

Com estilo truculento e em momento decisivo do processo de impedimento, durante a votação no Congresso Nacional, o deputado e futuro presidente votou invocando o nome do coronel Brilhante Ustra, militar e torturador envolvido nas mais abjetas atividades contra a esquerda durante a ditadura militar de 1964. Os exemplos do jornalista e do então deputado estarrecem porque, quando os reacionários invocam seus ídolos, símbolos e heróis, eles o fazem em nome da força e da opressão.

Com tais ingredientes, a narrativa trivial que, de início, a imprensa se empenhou em tecer, começa a fazer contraponto com uma trama de *manhas e artimanhas* complexas. Falamos daquela narrativazinha simplória de que houve um tempo de delicadeza em que figurava o *príncipe* FHC, e, no entanto, o tempo presente é da desordem e do barulho petista figurado em Lula; como mediador impoluto neste cenário, temos o herói encarnado no juiz Sérgio Moro que vai recompor a ordem anterior. Essa é a narrativa trivial da TV Globo, por exemplo.⁶

Um país que precisa de mocinho, bandido e herói não vai bem; se precisa disso, é porque lhe faltam espaços seguros de diálogo político e de decisão democrática; se precisa disso, é porque teve sua capacidade crítica diminuída em espaço estreito, o espaço maniqueísta cindido entre os discursos triviais de esquerda e de direita. Lembrando que ambos os discursos têm origem e destino comuns: ambos começam com o sectarismo ingênuo, crédulo e mítico e acabam no autoritarismo mais detestável. Basta lembrar os piores momentos do *breve século XX*.

Equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio não são períodos históricos demarcados, respectivamente, pelo estado edênico dos tucanos, pela danação ideológica dos petistas e pelos tropeços jurídico-policiais do juiz Moro. São dimensões intercambiáveis dentro de qualquer situação histórica densa como a que vivemos. Em 2011 na Europa, começando por Londres, as pessoas invadiram as ruas, protestaram e saquearam lojas levando objetos eletrônicos; em 2013 as pessoas foram às ruas no Brasil, dizem que a princípio espontaneamente, para protestar contra a precariedade e o preço dos serviços públicos. Vamos acreditar na pureza dessas parcelas espontâneas, mas repetimos, conforme as lições que a mobilização das *Diretas Já* nos legou, desde 1984: devemos ligar o desconfiômetro.

De qualquer maneira, tendo-se perdido o bonde e a esperança, ou seja, tendo-se desviado os bons motivos das manifestações para o rumo dos militantes a soldo, as pessoas de melhor intenção estão tentando se apropriar dos bens e das

⁶ A análise do golpe, iniciando pelo viés desse percurso narrativo é feita, de forma percuciente, por Jessé Souza em *A radiografia do golpe*: entenda como e porque você foi enganado.

conquistas que a modernização cria e que lhes escapa das mãos a cada instante. Em outras palavras, as pessoas querem o mundo para si não somente como espetáculo; querem-no, sobretudo, como sobrevivência, segurança e bem-estar. Tudo isso é demasiadamente moderno.

Mas tudo isso se esboroa frente às versões da pós-verdade que o espetáculo midiático inventou para uso e consumo da população embasbacada. De forma sintética e acelerada: Glenn Greenwald, jornalista americano radicado no Rio de Janeiro, divulga gravações contendo as articulações da Operação Lava Jato, expondo o circo que armaram para dar seriedade a uma farsa. De forma sintética e acelerada, uma prisão com o prazo cirúrgico de dezenove meses parece não responder a qualquer rito ou preceito jurídico; antes, soa como declaração de *mea culpa* por parte da elite conservadora ilustrada que pensa como os ministros do STF. Autocrítica que o editor do jornal *Valor Econômico* pede, em 15 de maio de 2020, que as elites façam, esta mesma revista exercitando e oferecendo os elementos da autocrítica reclamada. A publicação reúne parcela significativa da elite da imprensa brasileira — *A Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Com ou sem autocrítica, a terra quadrada dos bolsonaristas também mostra que dá voltas e assusta até a imprensa da pós-verdade: o juiz Moro, justamente o pretenso superministro Moro, o paladino da anticorrupção, calçado em vasta popularidade, deixa o governo após uma reunião em que Bolsonaro soltou os cachorros contra a democracia. Moro deixa o governo com a acusação de que o presidente ameaçou interferir na Polícia Federal para afastar investigações de sua família e assacar adversários no Rio de Janeiro — o que vai sendo comprovado. Aliado a isso, o STF investiga uma indústria de *Fake News*, com as digitais do governo, dirigidas contra as instituições e contra a democracia. Bolsonaro, com uma prática beligerante e uma formação antidemocrática, vai apontando seu pugilato em direção a uma crise institucional cuja base revela um total desprezo pela vida e pela democracia.

Ironicamente, poderemos estar na iminência de uma nova *Revolta da Vacina*. É que, com a pandemia espalhada pelo covid-19 e o pandemônio criado pelo absentismo e pela ineficiência do governo (o que compõe seu planejamento

contra a vida e contra a democracia), a população, com a crítica e a lucidez que o processo ensina, pode bater às portas dos governos exigindo imunização contra o coronavírus. Além disso, pode exigir trabalho para amenizar a situação pedinte em que estão os pobres do país inteiro. Será difícil, para a mídia, inventar uma versão alternativa desta revolta que se ensaia em focos separados porém intensos.

3. A obliteração do trabalho

Há mais de três décadas, em 1985, li o livro de um jogador de futebol que me surpreendeu pela inteligência das observações. Me surpreendeu, sobretudo, sua visão sobre o papel da televisão. Ele comentava os bastidores das transmissões de jogos de futebol, e nesse trecho expressou uma opinião que resumo com a seguinte afirmativa: em televisão, a única verdade que existe é a imagem que você está vendo. Isso vale como uma *teoria da informação*. Impossível não lembrar desse jogador e de seu livro diante do espetáculo midiático que foi a cobertura televisiva acima comentada; difícil esquecer uma opinião dessas frente ao apelo sedutor das redes sociais. Com tal lição do jogador Almir, vamos ao terceiro episódio prometido no início deste artigo.⁷

Este episódio se passou em 23 de outubro de 2014 (o segundo turno das eleições presidenciais foi até o dia 26 do mesmo mês; o terceiro turno começou no dia seguinte e parece que só se concluiu com a saída de Lula da prisão). Nesse dia, segundo notícia o jornal *Folha de S. Paulo*, uma moça de Brasília, chamada Sandra Miranda, recebeu da China uma caixa com uma blusa que comprara, dias antes, por um site na internet; com a blusa, veio um bilhetinho que dizia, diretamente: “*I slave, help me*”.

Há, nesse episódio, dois pontos de conexão com os comentários que fizemos acima: o primeiro é sobre o mundo do trabalho e o segundo é sobre as pessoas e as mídias. Fico imaginando a logística que oferece a uma pessoa, em

⁷ O livro é de Almir Albuquerque, com o título *Eu e o futebol*, na coleção Biblioteca Esportiva do Placar. Sobre o espetáculo das ruas, ver as reflexões contidas no livro de Ermínia Maricato *et al.*, *Cidades rebeldes*: passe livre a as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.

qualquer cidade do mundo, a oportunidade de ligar um computador, apertar algumas teclas, fornecer algumas informações e, em cinco minutos, comprar a mercadoria que escolheu em uma loja virtual cujos responsáveis se encontram nos confins do planeta. Fico imaginando, também, que seria muito difícil que a moça do Distrito Federal não encontrasse, em uma cidade com tantas lojas e tantos shopping centers, uma blusa do seu agrado; nem a facilidade da compra em casa seria argumento suficiente uma vez que as pessoas, em geral, gostam muito de ir a essas *catedrais do consumo*.

O episódio recém mencionado exhibe a desenvoltura (e até a desfaçatez) com que o capital circula em sua performance mais perversamente democrática, por não escolher a quem explorar: produzindo onde a mão de obra é semiescrava, vendendo onde o câmbio é favorável e investindo onde as taxas de juros compensam. Claro que o episódio também exhibe o poder do mundo virtual e a velocidade dos processos de comunicação e de informação. Também fica nítido, por fim, que a moça de Brasília (como ademais muitas outras pessoas) se apropria dessas oportunidades, mas também é por elas apropriada na medida em que, para dizer o mínimo, partilha com os mecanismos das mídias a escolha de um objeto tão personalizado como uma blusa, confiando aos mecanismos da rede o pagamento antecipado de uma compra.

O mundo espetacularmente virtual ganhou as pessoas e as envolveu. Ao fazer isso, no entanto, fez obliterar o mundo do trabalho, que ficou esquecido como algo intruso no fundo de uma caixa. Como algo importuno largado nos escaninhos sociais mais inexpressivos. Como algo tão esquecido que, para se expressar, o faz por um mecanismo tão fora de moda como um bilhete anônimo junto à compra alheia.

Elíptico e condensado como um poema-processo, o bilhete em apreciação prenuncia mecanismos terríveis de um mundo que é tecido nas sombras, um mundo de entrega às mentiras virtuais cujo percurso é a grosseria política do presente. Foi esse mundo do espetáculo virtual do presente que acabou por exhibir o mais feio show de mentiras que foram as últimas eleições presidenciais. Espetáculo, este, de mentiras disparadas por redes virtuais de

informação interessada, mas corroborado por potentes redes jornalísticas e televisivas, promovendo o abraço do pós-moderno com os conteúdos mais arcaicos e fazendo o país disparar em direção ao seu passado mais autoritário. Essa é a iniciativa responsável, na sua origem e no seu processo, pela cronologia regressiva que vivemos.

Dizem que a isso se chama pós-modernidade, uma época da pós-verdade — em que a verdade não existe. Os tempos da pós-verdade se caracterizam pela disputa de versões no mercado da opinião pública, o que é uma lástima. No primeiro caso, do livro de Lima Barreto, a degradação e a aniquilação do trabalhador saem de cena para não atrapalhar o espetáculo político que o jornal *O Globo* patrocinava; neste último caso, do bilhete, o trabalho somente encontra expressão por uma via escondida e pedinte, e a pessoa trabalhadora e anônima é tão somente o meio provisório que carrega uma identidade rasurada a caminho do descarte.⁸ Esse é o programa inexorável que os donos do capital impõem às populações por meio dos gerentes que escolhem a cada período eleitoral. Alguns gerentes, por vezes, colocam uma capa edulcorada no programa que recebem; outros, como na vez presente, impõem o programa *a palo seco*.

Referências

ALBUQUERQUE, Almir. *Eu e o futebol*. São Paulo: Editora Abril, 1985.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática: 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

BAUMAN, Zigmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

⁸ Zigmunt Bauman, *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi, 2005a, p. 88. Ver também, do mesmo autor, *Vidas desperdiçadas*.

HARDMAN, Francisco Foot. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre a as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TAVARES, Bráulio Tavares. Lima Barreto: o motim. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, jan. 2014.

Referência para citação deste artigo

AMORIM, José Edilson de. Cenas da precariedade de ontem e de hoje. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 78 – 92, maio de 2021.